

Comunistas intensificam empenho para unir forças de oposição

Em reunião realizada nos dias 22 e 23 de março, Comitê Central do PCdoB divulga nota onde afirma que “ao lado dos esforços pela unidade política das forças anti-neoliberais

para barrar os propósitos continuistas de FHC, é necessário o empenho com a mesma intensidade para organizar a luta popular contra a nefasta política econômica e a degradação

social”. Ao mesmo tempo, o PCdoB intensifica seu empenho para concretizar uma coligação eleitoral de cunho democrático, patriótico e popular. Veja a íntegra da nota na **página 5**

A Classe Operária



R\$ 1,00

Orgão Central do Partido Comunista do Brasil

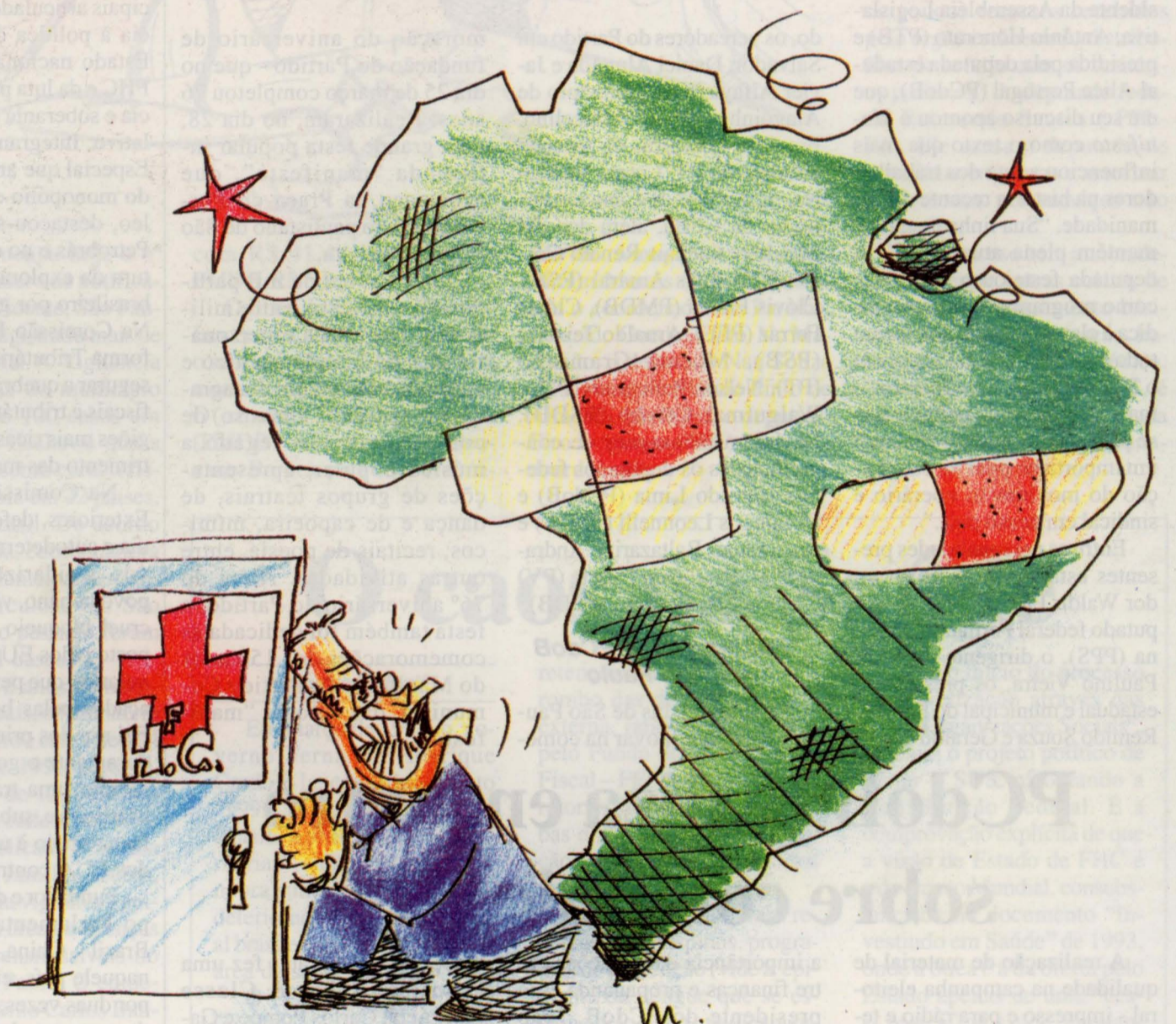
Volta de epidemias atesta o caos na saúde

Dengue, tuberculose, Aids e clientelismo político são alguns dos males agravados pela política de FHC para a saúde. O governo admite que 10 milhões de brasileiros não têm acesso a qualquer tipo de atendimento. Faltam recursos para hospitais, programas de prevenção, medicamentos e valorização dos profissionais da saúde. Mas a distribuição de cargos do setor para apadrinhados do governo é feita de forma criminoso. A partilha da Fundação Nacional de Saúde entre PFL, PSDB e PMDB é exemplo típico do uso de verbas públicas de setores essenciais a serviço do continuísmo de Fernando Henrique.

Na opinião da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), 1997, o “ano da saúde”, anunciado por FHC, “foi um desastre. Dos R\$ 20,5 bilhões autorizados pelo orçamento, foram executados R\$ 17,5 bilhões. Para onde foram desviados os R\$ 3 bilhões restantes?”

O ex-ministro da Saúde, Adib Jatene, também acusa o governo de desviar recursos do setor - inclusive a verba destinada a uma campanha de prevenção à dengue, no ano passado.

Página 3



150 anos do Manifesto Comunista



O PCdoB comemorou seus 76 anos no dia 25 de março. A data foi lembrada com debates sobre os 150 anos do Manifesto Comunista. Na Bahia foi realizada sessão especial na Assembléia Legislativa, seguida de ato festivo com direito a bolo (foto). Em São Paulo, mil pessoas participaram de uma festa em bairro da Zona Leste.

Página 2

Veja também o artigo do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, sobre os 150 anos do Manifesto

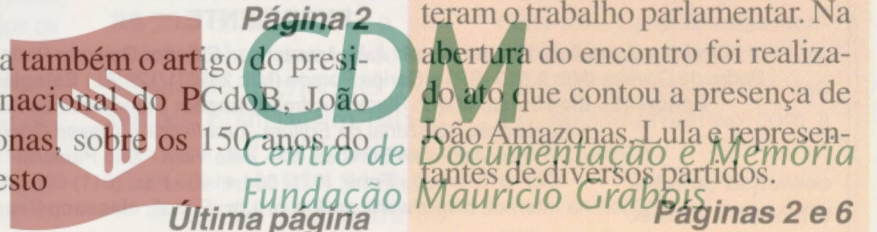
Última página

Encontros debatem comunicação e trabalho parlamentar do PCdoB

No último final de semana o Partido Comunista do Brasil realizou dois encontros nacionais. Em São Paulo, secretários regionais de comunicação e propaganda debateram os veículos nacionais e a campanha eleitoral deste ano.

Em Brasília, vereadores, deputados estaduais e federais debateram o trabalho parlamentar. Na abertura do encontro foi realizado ato que contou a presença de João Amazonas, Lula e representantes de diversos partidos.

Páginas 2 e 6





Comemoração especial dos 150 anos do Manifesto

Os 150 anos do Manifesto Comunista e os 76 anos de fundação do PCdoB foram comemorados, na Bahia, com a realização de uma sessão especial, no dia 25, na Assembléia Legislativa, seguida de ato festivo com direito a um grande bolo onde figuravam a foice e o martelo. Participaram políticos de vários partidos, dirigentes e militantes do PCdoB, intelectuais, estudantes e diversas entidades, como a CUT, CSC, UJS, Dieese, UBM, além de cerca de 15 sindicatos.

A sessão foi aberta pelo presidente da Assembléia Legislativa, Antônio Honorato (PTB) e presidida pela deputada estadual Alice Portugal (PCdoB), que em seu discurso apontou o *Manifesto* como o texto que mais influenciou a luta dos trabalhadores na história recente da humanidade. "Sua linha essencial mantém plena atualidade". A deputada festejou o *Manifesto* como programa de luta que indica à classe operária unir-se em todo o mundo. "Festejo também o PCdoB pelos seus 76 anos, o mais antigo partido político desse país, cuja trajetória constitui um importante pilar na construção do movimento operário e sindical em nosso país."

Entre as personalidades presentes estavam o ex-governador Waldir Pires (PT), o ex-deputado federal Fernando Santana (PPS), o dirigente do PSB, Paulino Vieira, os presidentes estadual e municipal do PCdoB, Renildo Souza e Geraldo Galin-



Ato na Assembléia baiana, solicitado por Alice Portugal

do, os vereadores do Partido em Salvador, Daniel Almeida e Javier Alfaya, e do município de Alagoinhas, Pedro Marcelino, Franklin Oliveira, da direção estadual do PT, Loreta Valadares, professora de Ciências Políticas da UFBA, além dos deputados estaduais Renato Costa (PSB), Luis Amaral (PSB), Clóvis Flores (PMDB), Clóvis Ferraz (PFL), Arnaldo Teixeira (PSB), Moema Gramacho (PT), Nelson Pellegrino (PT) e Walguimar Cotrim (PSDB). Enviaram mensagens de congratulações os deputados federais Haroldo Lima (PCdoB) e Domingos Leonelli (PSDB) e os estaduais Baltazarino Andrade (PSDB), Edson Duarte (PV) e Maria Del Carmen (PSDB).

"Manifesta" do PCdoB em São Paulo

Os comunistas de São Paulo resolveram inovar na come-

moração do aniversário de fundação do Partido - que no dia 25 de março completou 76 anos. Realizaram, no dia 28, uma grande festa popular intitulada "manifesta", que aconteceu na Praça do Forró, no bairro paulistano de São Miguel Paulista.

Lá, os cerca de mil participantes da festa, entre militantes, populares e personalidades do mundo político e cultural curtiram um dia agradável (apesar de chuvoso) de confraternização regado a música popular, apresentações de grupos teatrais, de dança e de capoeira, mímicos, recitais de poesia, entre outras atividades. Além do 76º aniversário do Partido, a festa também foi dedicada às comemorações dos 150 anos do Manifesto do Partido Comunista, daí o nome "manifesta".

PCdoB realiza encontro sobre comunicação

A realização de material de qualidade na campanha eleitoral - impresso e para rádio e televisão-, a avaliação das publicações (*A Classe Operária*, *Presença da Mulher*, *Debate Sindical*, *Princípios*) e o estabelecimento de metas concretas para fazer avançar a imprensa partidária foram os principais assuntos do Encontro Nacional de Comunicação e Propaganda do PCdoB, realizado de 27 a 29 de março, em São Paulo. Estiveram presentes 18 Estados. O encontro ainda contou com as participações do dirigente comunista Walter Sorrentino, que falou sobre o plano de atividade de formação do Partido, do dirigente Ronald Freitas, que citou

a importância das relações entre finanças e propaganda e do presidente do PCdoB, João Amazonas, que analisou a conjuntura política do país.

Os responsáveis pela atuação na área de comunicação de todo o país trocaram experiências sobre suas atividades e ouviram as intervenções do secretário nacional de Comunicação, Pedro de Oliveira; dos integrantes do Comitê Central, Luís Fernandes e José Carlos Ruy, sobre os desafios da comunicação e propaganda comunista na atualidade. Divo Guisoni apresentou as metas da campanha de assinatura da revista *Princípios*; Olívia Rangel abordou as metas da *Presença da Mu-*

lher; Guiomar Prates fez uma exposição sobre *A Classe Operária*; Carlos Pompe e Gabriela Mendonça apresentaram o site do PCdoB na Internet. O jornalista Carlos Azevedo fez um roteiro das preocupações que devem ser levadas em conta na elaboração dos materiais de campanha eleitoral deste ano. Antônio Levino da Silva Neto, dirigente do PCdoB amazonense, apresentou o plano de trabalho de comunicação do Estado para este ano.

A íntegra das intervenções escritas podem ser acessadas na homepage do PCdoB (<http://www.pcdob.org.br>), ou solicitada à redação da *Classe Operária* (endereço no expediente).

PARLAMENTARES COMUNISTAS PRESTAM CONTAS

Haroldo Lima, referência da esquerda no Congresso

Reeleito em 1994, com expressiva votação, o deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA) exerce seu quarto mandato. É o atual líder da bancada do PCdoB. Integra a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e é suplente da Comissão de Minas e Energia. É membro do Comitê Central e da Comissão Executiva do Partido.

Sua atuação e sua capacidade o transformaram em referencial da esquerda no Congresso Nacional e na Bahia. Haroldo Lima foi um dos principais articuladores da resistência à política de desmonte do Estado nacional pelo governo FHC e da luta pela independência e soberania do Poder Legislativo. Integrante da Comissão Especial que analisou a quebra do monopólio estatal do petróleo, destacou-se na defesa da Petrobrás e no combate à abertura da exploração do petróleo brasileiro por grupos privados. Na Comissão Especial da Reforma Tributária, lutou para assegurar a quebra dos privilégios fiscais e tributários dados às regiões mais ricas do país, em detrimento das mais pobres.

Na Comissão de Relações Exteriores, defendeu a soberania e autodeterminação dos povos, solidarizando-se com o povo cubano, vítima de longo e cruel bloqueio econômico imposto pelos EUA; e com os iraquianos, que permanecem ameaçados pelas bombas ianques. Foi um dos primeiros a criticar duramente o governo FHC por romper uma tradição histórica brasileira e, subserviente, manifestar apoio à uma ação militar dos EUA contra o Iraque.

Fundador e dirigente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - China, Haroldo esteve naquele país, em visita oficial, por duas vezes, acompanhando de perto o trabalho de construção do socialismo na mais populosa nação do mundo.

De sua autoria, tramitam na Câmara dos Deputados 44 projetos de leis, destacando-se o que proíbe, por 2 anos, a demissão de funcionários nas estatais privatizadas e naquelas que, embora já tenham sido transferidas à iniciativa privada, recebam financiamento do BNDES ou de qualquer banco oficial. Outro projeto de destaque é o que dispõe que os presidentes e diretores das instituições financeiras federais, ao serem demitidos ou se afastarem de seus cargos, ficarão proibidos, por um ano, de exercerem funções em instituições financeiras privadas ou em qualquer empresa que mantenha algum tipo de relação com empresas públicas.

Haroldo é autor do primeiro projeto de lei apresentado no Congresso regulamentando o



Haroldo: internacionalismo

uso de medidas provisórias. Esse projeto veda a reedição de medida provisória e determina que as MPs editadas e não votadas pelo Congresso em 30 dias, perdem seu efeito.

O deputado tem recorrido sempre aos instrumentos constitucionais do requerimento de informações, da proposta de fiscalização financeira e do decreto legislativo, visando sustar atos ilegais do Executivo, exigir esclarecimentos de medidas lesivas ao patrimônio público e denunciar as arbitrariedades cometidas. Haroldo tem procurado articular um movimento de resistência e valorização do Legislativo.

A luta contra a política de privatizações do governo FHC foi uma das suas prioridades. Articulou, inclusive, ações judiciais contra a privatização da Vale do Rio Doce e das estatais de energia elétrica, transferidas a preço de banana e com a ajuda de financiamentos do próprio BNDES para o setor privado.

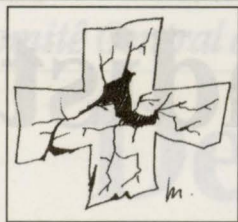
Haroldo faz de seu mandato um instrumento de luta em defesa das reivindicações de trabalhadores rurais e urbanos. Participa sempre nas manifestações, assembleias e reuniões promovidas por entidades sindicais e populares de toda a Bahia. Visitou acampamentos do Movimento de Luta pela Terra. Esteve nas aldeias dos Pataxós, apoiando sua luta pela retomada das terras que historicamente sempre lhes pertenceu. Participou de assembleias e manifestações dos bancários. Fez-se presente nas portas de fábricas do Pólo Petroquímico de Camaçari e da região metropolitana de Salvador, em manifestações contra o desemprego. Visitou refinarias e demais unidades da Petrobrás. Participou das mobilizações de professores, operários e de reuniões de pequenos e médios empresários e agricultores. Haroldo busca conciliar sua presença no Congresso e nos diversos municípios baianos, onde realiza palestras e debates e participa de trabalhos comunitários do PCdoB e do movimento popular.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) **Estagiária:** Gabriela Mendonça
Editoração Eletrônica: Marco Black - **Administração:** Francyrose de Andrade Matarazzo.
Publicação quinzenal da Editora Jornalística A Classe Operária
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01318-020 - Fone: (011) 604 4140 - Fax: (011) 606 0412
PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: classeop@ruralsp.com.br



Haroldo é autor do primeiro projeto de lei apresentado no Congresso regulamentando o



A política de Fernando Henrique Cardoso para a saúde se caracteriza por uma visão imediatista, de favorecimento aos interesses partidários e de corte de verbas. O governo admite que 10 milhões de brasileiros não têm acesso a qualquer tipo de atendimento

O Brasil está cada vez mais doente

Carlos Pompe

O ex-ministro da Saúde, Adib Jatene denunciou que em 1995 a saúde recebia 22% do orçamento da seguridade, enquanto em 1998 deverá receber 12,8%. O governo deixou de aplicar no setor, no ano passado, um total de R\$ 350,3 milhões da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, o imposto da saúde). Os recursos líquidos do imposto da saúde deveriam chegar a R\$ 5,52 bilhões. Mas só R\$ 5,17 bilhões foram efetivamente executados. A diferença de R\$ 350,3 milhões corresponde a dois terços de todas as despesas usadas em investimentos feitos pelo Ministério da Saúde em 1997, de R\$ 525 milhões. É, também, maior do que os R\$ 248 milhões liberados para o combate à dengue. Os dados foram apurados pela Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

Epidemia de dengue

A dengue afetou 245 mil pessoas no Brasil em 1997. Atualmente, fala-se em 20 mil casos de dengue em Belo Horizonte – o mesmo número de casos que o Estado do Espírito Santo. Há 4.040 casos no Rio. Em São Paulo, já foram registrados 827 casos. Na Paraíba foram registrados 3,7 mil casos entre 1º de janeiro e 15 de março. Em 1997, esse Estado registrou 52 mil.

Técnicos cariocas confirmam haver surtos de dengue há cada quatro anos. No Rio de Janeiro surgiu a dengue hemorrágica, mortal, nos municípios de Volta Redonda e Nova Friburgo. Em 1997, houve 15 casos. A dengue hemorrágica foi registrada também em Pernambuco, Ceará e Espírito Santo.

O ex-ministro Jatene anunciou que cerca de R\$ 4 bilhões, dos recursos da CPMF, deveriam ter financiado uma campanha nacional (em março de 97) para erradicação da dengue nos 2,4 mil municípios brasileiros afetados pela epidemia. Segundo ele, os recursos foram desviados para outras áreas.

Tuberculose e Aids

Em 1997 mais de 9 milhões de novos casos de tuberculose foram identificados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, a contaminação atingiu cerca de 90 mil pessoas no mesmo período e 5 mil morreram por causa da mo-



léstia. O país ocupa hoje a 6ª posição em número de notificações. Em São Vicente, São Paulo, vem sendo registrado mais de um caso por dia. A Vigilância Epidemiológica do município notificou quase 100 casos em 1998. A OMS declarou que a doença já apresenta características de epidemia em 22 países, entre eles o Brasil. De acordo com Mary Oeda, coordenadora do Programa Municipal de Controle da Tuberculose em São Vicente, no ano passado foram registrados 411 casos.

Em quase 16 anos de história da Aids no país, o Ministério da Saúde registrou cerca de 104 mil casos. De 1993 para cá, ocorrem cerca de 15,5 mil novas infecções a cada ano. “Nossa situação é delicada”, afirma a médica Naila Jamil de Seabra, responsável pela vigilância epidemiológica na área de doenças sexualmente transmissíveis no Estado de São Paulo. O epidemiologista Antônio Carlos Bandeira, da Faculdade de Medicina da USP, diz que a transmissão do HIV tem uma forte ligação com sistemas de saúde precários, incapazes de controlar bancos de sangue, distribuir seringas descartáveis, de orientar a população.

Clientelismo criminoso

Se a população está abandonada à própria sorte – ou à própria doença –, o mesmo não se pode dizer da chamada “base política” de Fernando Henrique Cardoso. A Fundação Nacional de Saúde, órgão do Ministério da Saúde, foi loteada. Com orçamento de R\$ 2,3 bilhões, a fundação é uma máquina eleitoral. O PFL indicou dez coordenadores regionais. O PSDB indicou sete. O PMDB tem seis coordenadores. Só na parte de saneamento, o PFL vai administrar quase R\$ 70 milhões em 98. O PSDB contará

com R\$ 41,44 milhões, e o PMDB, R\$ 30 milhões.

O líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), indicou o sobrinho Giovani Oliveira para a coordenação de Pernambuco. O senador Gilvan Borges (PMDB) indicou o irmão Geovane Borges para a coordena-

ção do Amapá. O deputado Efraim Moraes (PFL-PB) indicou o coordenador na Paraíba, Oswaldo Guedes Filho. No Maranhão, o deputado Nan Souza (PFL) indicou Márcio Pinto de Almeida. No Piauí, o deputado Ciro Nogueira (PFL) ganhou a coordenação.

O caos na Saúde

Jandira Feghali

Em março de 1997, o governo Fernando Henrique Cardoso lançou o documento “1997, O Ano da Saúde no Brasil. Ações e Metas Prioritárias”, uma exclusiva manobra publicitária em face da deterioração do quadro social brasileiro, especialmente na área da saúde pública.

O PCdoB foi a primeira força política a denunciar o caráter demagógico e diversionista da proposta, imediatamente após o seu lançamento, por embutir as premissas de um novo modelo que levará ao sucateamento do SUS em favor do setor privado, além da evidente incompatibilidade entre as intenções governamentais e a realidade da previsão de financiamento para o setor.

O “Ano da Saúde” foi um desastre. Dos R\$ 20,5 bilhões autorizados pelo orçamento foram executados R\$ 17,5 bilhões, segundo dados oficiais de janeiro de 1998. A pergunta é inevitável: onde estão, para onde foram desviados os R\$ 3 bilhões restantes?

A resposta é clara: desvios da CPMF para pagamento de dívida do Tesouro Nacional com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT –,

retenções visando a saldar o rombo das dívidas interna e externa, retirada de recursos pelo Fundo de Estabilização Fiscal – FEF –, sem o devido retorno da totalidade das verbas e a inacreditável utilização em despesas outras dos mais diversos ministérios.

Desta forma, faltaram recursos para hospitais, programas de prevenção (vide a epidemia de dengue que se espalha pelo país), medicamentos e valorização dos profissionais da saúde. Iniciou-se a privatização do setor. Os planos de saúde passaram a ser encarados como aliados privilegiados na perspectiva da mudança do modelo, transformando quem puder pagar em cliente e os outros em indigentes. A descentralização foi paralisada, nenhum município ganhou autonomia de gestão no ano passado.

Já iniciamos 1998 com a certeza de recursos mais escassos. Descumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO –, que determinava um montante, no mínimo, igual aos R\$ 20,5 bilhões de 97, o governo acabou aprovando um orçamento inferior: R\$ 19,1 bilhões. E, em janeiro, baixou o Decreto n.º 2.452, retirando da Saúde mais R\$ 1,9 bilhão. A asfixia financeira da

Em Roraima, o coordenador regional, Hiran Gonçalves da Silva, indicado pelo deputado Luciano Castro (PSDB), foi acusado de fazer compras superfaturadas. No Pará, desde setembro de 97 o Ministério da Saúde cancelou o repasse de verbas para a FNS. O funcionário da FNS e sindicalista José Augusto Maranhão garantiu que os poucos recursos recebidos pelo órgão estão sendo distribuídos de acordo com os “critérios políticos” do deputado federal Raimundo Santos (PFL-PA). Ele acusa o deputado de beneficiar empresas e autorizar pagamentos por serviços não prestados.

Saúde, nosso bem maior, depende, dentre outras coisas, de alimentação, saneamento básico, lazer, salário, educação, habitação e assistência médica. Nas mãos do governo FHC, é apenas mais uma moeda usada para comprar apoio ao continuísmo.

Saúde e o início do processo de privatização através das ditas “Organizações Sociais”, revelam o projeto político de violar o SUS, afrontando a Constituição Federal. É a comprovação explícita de que a visão de Estado de FHC é a do Banco Mundial, consubstanciada no documento “Investindo em Saúde” de 1993, onde a ótica é a da oferta pelo Estado apenas de uma “cesta básica” de saúde, enquanto todo o resto tem que entrar na fria lógica do mercado.

Com os dedos da mão eleitoralmente estendidos desmoralizados, FHC, na busca da reeleição, indica o senador José Serra para o Ministério da Saúde. Ex-ministro do Planejamento no primeiro ano do atual governo, José Serra sempre concordou com o modelo em vigor para a área e, como economista, reforça a visão contábil e financeira que transforma a vida humana em dado de uma planilha de custos, uma despesa a cortar.

Enquanto o caos se agrava, o governo FHC parte para mais uma medida meramente eleitoral, numa nítida tentativa de acobertar o descaso e o descompromisso com a saúde pública.



O jornal como propagandista, agitador e organizador

Fernando Correia*

Houve dois períodos particularmente importantes na atividade jornalística de Lênin, ambos ligados à publicação dos mais destacados representantes da imprensa bolchevique: o *Iskra* (A Centelha) e o *Pravda* (A Verdade).

O *Iskra* é geralmente considerado não só como o iniciador da imprensa bolchevique mas também como o verdadeiro pioneiro da imprensa comunista e organicamente ligada à vida e à luta do partido. Surgiu em dezembro de 1900 como o começo da concretização e o instrumento para a defesa de um dos objetivos que nesses anos mais preocupava Lênin: a criação de um jornal político (necessariamente ilegal, devido à opressão czarista) para toda a Rússia, concebido como "uma parte de um gigantesco fole de uma forja que aticasse cada centelha da luta de classes e da indignação do povo, convertendo-a num grande incêndio".

Lênin era de opinião que para conduzir a luta contra a autocracia tornava-se absolutamente necessária a construção de um partido de novo tipo - o partido da classe operária. Nas condições da luta clandestina, numa Rússia imensa onde a dispersão e o espontaneísmo constituíam poderoso entrave à luta organizada de massas, esse objetivo, segundo ele, só seria possível de alcançar através da publicação de um jornal único que saísse regularmente e unificasse, sob uma mesma bandeira ideológica e organizativa, os diversos grupos locais.

Jornal é também um organizador coletivo

Assim como o partido, também o jornal seria de um novo tipo: "A função do jornal não se limita, contudo, a difundir idéias, a educar politicamente ou a ganhar aliados. O jornal é não só um propagandista coletivo e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo. Neste último caso, pode comparar-se com os andaimes colocados num edifício em construção, que marcam os seus contornos, facilitam o contato com os diversos grupos de operários, ajudando-os a distribuir as tarefas e a analisar os resultados obtidos graças a um trabalho organizado".

Lênin, que se encontrava então no exílio, era ao mesmo tempo a alma e o corpo do *Iskra*, nele desempenhando todas as tarefas - nomeadamente a de autor, tendo colaborado praticamente em todos os números.

Em torno do jornal foi-se criando uma verdadeira organização, ramificada pelo país, que teve um papel decisivo na estruturação e organização do partido, dando-lhe coesão ideológica e unidade na ação.

Quanto ao *Pravda*, surgido bastante mais tarde, em maio de 1912, assinala já uma outra etapa da evolução da imprensa e do partido: publicando-se legalmente no próprio país, funcionou, na sua primeira fase, até julho de 1914, como centro da atividade clandestina do partido. Não obstante nessa altura se encontrar de novo no exílio, Lênin mantinha-se em assíduo contato com a redação, em Petersburgo e, na prática, era o verdadeiro diretor, conforme se verifica pela numerosa correspondência por ele enviada e recebida nesse período.

Participação dos trabalhadores no jornal

Um dos princípios defendidos por Lênin para a imprensa partidária, e de acordo com a concepção acima mencionada, era a necessidade de uma grande participação no seu conteúdo do maior número possível de trabalhadores, participação esta devidamente organizada num amplo movimento de correspondentes operários e camponeses. Mais de 17.000 textos publicados pelo *Pravda* nesse período foram enviados pelos leitores. Ao contrário do *Iskra*, o *Pravda* já não tinha como objetivo a formação do partido nem se destinava essencialmente aos núcleos de revolucionários, dirigindo-se às grandes massas e tornando-se para elas um pólo de atração.

Dois conceitos de "liberdade de imprensa"

Leitor assíduo e atento da imprensa, Lênin formulou ao longo dos anos severas apreciações aos conceitos e aos métodos dos jornais de propriedade dos capitalistas. Mas houve um período em que as circunstâncias da luta política e ideológica o levaram a abordar este tema com maior insistência.

Com a queda do czarismo e o estabelecimento das liberdades públicas, a Revolução de Fevereiro de 1917 instaurara no país um regime democrático burguês que deixava praticamente intactas as estruturas essenciais do absolutismo. Socialistas-revolucionários e mencheviques, conluídos com a burguesia no poder, alinhavam com esta na apologia de uma democracia formal que se limitava a continuar por novas formas a opressão e a exploração anterior.



Para Lênin jornal era também instrumento de organização

ores. No setor da imprensa isso também era visível:

"Os capitalistas (e, com eles, por estupidez ou por inércia, muitos socialistas-revolucionários e mencheviques) chamam 'liberdade de imprensa' à supressão da censura e à possibilidade para todos os partidos de poderem editar a sua imprensa.

"Na realidade, isto não é a liberdade de imprensa, mas a liberdade dos ricos, da burguesia, enganarem as massas populares oprimidas e exploradas".

Chamando a atenção para a desproporção existente entre a enorme tiragem global dos jornais pertencentes à burguesia em comparação com a dos jornais democráticos, não obstante os apoiadores destes constituírem a maioria esmagadora do povo, Lênin pergunta e responde:

"Porque é que isto sucede?"

"Todos sabemos perfeitamente. A edição de um jornal é um grande e lucrativo empreendimento capitalista, no qual os ricos investem milhões e milhões de rublos. Na sociedade burguesa, a 'liberdade de imprensa' consiste na liberdade, para os ricos, de enganar, corromper, mistificar sistematicamente, sem cessar, cotidianamente, por intermédio de milhões de exemplares, os pobres e as massas exploradas e oprimidas do povo".

À concepção de "liberdade de imprensa" defendida pela burguesia estavam associados, naturalmente, determinados métodos de praticar o jornalismo, os quais constituíam uma esclarecedora concretização daquela concepção.

"A imprensa burguesa recorre sempre e em todos os países ao seu processo mais usual e 'infalível': mente, faz barulho, grita, repete a mentira pois dela ficará sempre alguma coisa", escreve ele no *Pravda* em abril de 1917.

Depois de citar notícias da imprensa segundo as quais numa reunião na sede do partido em Petersburgo ele tinha "vociferado desalmadamente" e num comício no Cinema Moderno discursara no telhado (!), Lênin esclarece ser tudo completamente falso: no comício no cinema nem sequer estivera presente, e na outra reunião, em vez de ter "vociferado", limitara-se a apresentar um relatório (tratava-se das famosas teses de abril). E contra-ataca:

"Quem 'vocifera desalmadamente' são os capitalistas e a sua imprensa: esforçam-se em afogar a verdade, em impedir que ela seja ouvida, em tudo submergir sob uma torrente de injúrias e acusações, impedindo um esclarecimento concreto".

Com a Revolução de Outu-

bro a situação muda radicalmente no país. No lançamento dos alicerces da nova sociedade a imprensa ocupa um lugar considerado insubstituível. Entretanto, continuaram a não faltar oportunidades e motivos a Lênin para, por diversas vezes, retomar a sua teorização sobre a falsa liberdade da imprensa burguesa, contrapondo a esta a nova imprensa saída da revolução - uma realidade que nascia e se consolidava, não obstante todos os obstáculos, incluindo os motivados pela dificuldade em cortar radicalmente com os métodos e as concepções do passado.

Libertar a imprensa do domínio do capital

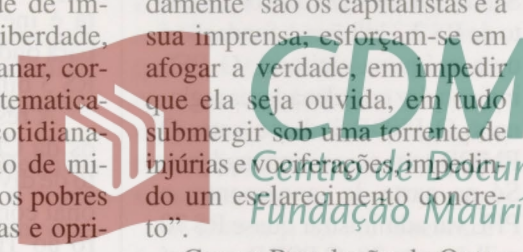
Logo nos primeiros dias de novembro, no esboço de um projeto de resolução sobre a liberdade de imprensa, escrevia:

"A burguesia entendia por liberdade de imprensa a liberdade para os ricos de publicar jornais e para os capitalistas de açambarcar a imprensa, o que na prática conduziu em todos os países, sem excluir os mais liberais, à venalidade da imprensa.

"O governo operário e camponês entende por liberdade de imprensa a libertação da imprensa do jugo do capital, a passagem para propriedade do Estado das fábricas de papel e das tipografias, a atribuição a cada grupo de cidadãos que atinja um determinado número (por exemplo 10.000) do direito à utilização de uma certa parte dos estoques de papel e da correspondente mão-de-obra para a impressão".

Lembrando, no decorrer do I Congresso da Internacional Comunista, que uma das principais palavras de ordem da "democracia pura" defendida pela burguesia era precisamente a "liberdade de imprensa", Lênin acentuava que "os operários sabem também, e os socialistas de todos os países reconheceram-no milhões de vezes, que esta liberdade é um logro enquanto as melhores tipografias e as grandes reservas de papel se encontram nas mãos dos capitalistas e enquanto existir o poder do capital sobre a imprensa, que se manifesta em todo o mundo tanto mais clara, nítida e cinicamente quanto mais desenvolvidos se encontrarem a democracia e o regime republicano, como, por exemplo, na América."

* Segunda parte do artigo do jornalista da revista *Quilina*, do Partido Comunista Português (PCP). Na próxima edição, a última parte





Nota do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil-PCdoB

Derrotar o continuísmo do governo FHC

Reunido nos dias 22 e 23/03/98 o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil - PCdoB adotou a seguinte resolução política:

1 - Com a aproximação das eleições gerais de outubro, destacadamente a sucessão presidencial, o desenvolvimento da situação política nacional está sendo marcado por uma série de manobras e jogadas comandadas pelo Palácio do Planalto com propósitos claramente continuístas.

A recente convenção do PMDB, quando a ala governista impediu o lançamento de candidatura própria à Presidência da República, trouxe à tona, mais uma vez, o caráter e a face espúria dos métodos empregados pelo governo de FHC quando se trata de impor suas posições. Não é de hoje que as famigeradas práticas do fisiologismo, da barganha, da compra de votos, do tráfico de influência, se constituíram em instrumento principal do governo FHC para a aprovação de projetos de seu interesse no Congresso Nacional e a imposição das soluções políticas que lhe convêm. A própria emenda da reeleição foi aprovada em votação viciada, tendo o mesmo ocorrido com todas as demais emendas constitucionais reacionárias. Mas agora, quando se jogou a cartada decisiva na montagem do quadro eleitoral, FHC e seus aliados se superaram. A decisão do PMDB de aderir à sua candidatura, que a partir de então engloba um vasto bloco de forças conservadoras e neoliberais, da direita ao centro (PSDB, PFL, PMDB, PPB e outras legendas menores), foi o resultado da violência, da mobilização de marginais a soldo, travestidos de ativistas, da corrupção desbragada, da formação artificial de uma maioria precária, na 25ª. hora do mais vergonhoso leilão de votos já visto do país. No deplorável episódio, honoráveis deputados, senadores, ex-governadores, perderam o decoro, excederam-se em baixarias, ofensas pessoais, agravos a atuais rivais que outrora foram aliados, enquanto o inquilino do Planalto pronunciava chicanices.

Agora, enquanto a oposição sofre restrições de todo tipo e disporá de um período de tempo reduzido para realizar sua campanha, o estado maior da candidatura de FHC entra em cena com pleno vigor, transforma as inaugurações de obras em palanque e promove as mais diversas formas de uso da má-



quina governamental para fins eleitorais. Além disso, conta a seu favor com uma mídia subserviente e automaticamente alinhada e poderá ter mais da metade do horário eleitoral gratuito. A campanha eleitoral começa, assim, com uma correlação de forças adulterada por meio do golpe e da fraude. Eliminando os concorrentes de centro, a palavra de ordem palaciana é ganhar a eleição no primeiro turno. Pretende-se criar um clima artificial de "já ganhou".

2 - A imposição de FHC como candidato único das forças conservadoras e neoliberais, com apoio do imperialismo e do capital financeiro internacional, é motivo forte para fazer soar o sinal de alarme para o povo brasileiro e as forças organizadas progressistas, democráticas e patrióticas da sociedade. Por trás do prosaetório da luta sucessória e da acomodação das agremiações partidárias das classes dominantes, desenvolve-se cada vez mais intensamente o processo de liquidação do regime democrático e da ordem institucional implantada no país desde o fim do regime militar.

Sob a égide das contra-reformas neoliberais - fenômeno de dimensões mundiais que no Brasil aprofunda a dependência ao exterior e transforma a crise social em tragédia - as classes dominantes caminham, mais celeremente do que muitos se dão conta, rumo à instauração de um sistema político fechado, excludente, com poderes excessivos e monopolizados nas mãos do presidente da República e de um seletor condomínio de chefes de dois ou três partidos políticos conservadores e neoliberais. As mudanças já efetivadas na Constituição e as que se pretende impor caso o atual presidente seja reeleito, dão forma a uma espécie de ditadura civil constitucional cujo escopo é levar às últimas conseqüências

o receituário neoliberal do imperialismo e perpetuar as classes retrógradas no poder. Não se trata de uma opção tática relacionada com interesses políticos imediatistas, antes corresponde a uma orientação estratégica, porquanto a plena aplicação e vigência do neoliberalismo requer, no plano político, a instauração do regime autoritário. Confirma-se o que já assinalava o nosso Partido na Resolução Política do 9º Congresso: "A trajetória recente do governo FHC demonstra de maneira eloqüente a incompatibilidade entre a reestruturação neoliberal e a democracia. Nesse sentido, destacam-se as formas ostensivas e ardilosas do manuseio do poder na aprovação das emendas constitucionais, o uso constante das Medidas Provisórias em questões fundamentais para o país, as propostas de reformas políticas restritivas à existência de um sistema partidário plural representativo, e a metódica e crescente concentração de poder em prol do Executivo"(...) "Mais precisamente, o governo eleito em 1994 vai mudando o modelo constitucional promulgado em 1988 sem a necessária convocação de um Poder Constituinte. Para o êxito de seus objetivos contrários à democratização, recompõe o Estado, passando a assumir uma forma de governo civil autoritário constitucional, que exclui o povo e as correntes progressistas da normalidade do convívio democrático".

3 - O crescente autoritarismo do governo de FHC e seus intentos continuístas precisam ser barrados. No atual quadro político nacional esta questão se apresenta como o principal divisor de campos. A persistir a orientação antinacional, antidemocrática e anti-social que FHC representa, a perspectiva é a degradação continuada da vida nacional, cujas marcas negativas se farão sentir por muito

tempo, comprometendo o futuro do povo brasileiro. Impedir a reeleição de FHC é questão de salvação nacional. Por isso, num momento em que se tornam ainda mais graves as ameaças à soberania do país e à vida democrática e mais penosas as condições de vida do povo, é imperativo organizar e pôr em movimento a resistência e a oposição. Iniciar a campanha eleitoral vislumbrando perspectivas sem se deixar levar pelo espírito derrotista. Unir, compactar e mobilizar todos aqueles que não concordam com os rumos que o país vem trilhando é a mais importante tarefa das forças de esquerda, a começar pela sua própria união. O governo de Fernando Henrique Cardoso empenha-se não somente em eliminar eventuais concorrentes na área das classes dominantes, mas antes e sobretudo em abortar qualquer movimento de resistência e esforço de unidade das forças democráticas, patrióticas e progressistas. É preciso, pois, sobrepujar toda dificuldade, superar os obstáculos à concertação da unidade das forças oposicionistas e à organização da resistência anti-neoliberal. A gravidade do momento nacional não justifica a prevalência sobre os interesses maiores do país e do povo, de interesses mesquinhos, personalistas, regionalistas, facciosos ou estritamente partidistas. O combate conseqüente pela emancipação nacional e social do povo brasileiro depende de justas soluções políticas, concretamente a luta enérgica, ampla e unitária, firme nos princípios e flexível nos métodos, contra o atual governo. A estreiteza, a divisão e o radicalismo estéril servem aos interesses dos inimigos do povo brasileiro.

4 - Ao lado dos esforços pela unidade política das forças anti-neoliberais para barrar os propósitos continuístas de FHC, é necessário o empenho com a mesma intensidade para organizar a luta popular contra a nefasta política econômica e a degradação social. Ilude-se quem pensa poder conduzir o Brasil no rumo da política neoliberal sem esbarrar com a resistência e a luta do povo brasileiro. É cada vez mais extenso e profundo o inconformismo de amplas parcelas da população com as indignas condições de vida, o desemprego, o achatamento dos salários, a insegurança generalizada, o desentorno da saúde e da educação. Tal descontentamento nem sempre se expressa com o vigor necessário devido

à desinformação semeada pelos meios de comunicação e pelas dificuldades objetivas das organizações do movimento operário, sindical, popular, camponês e estudantil, no alvo das manobras divisionistas e antidemocráticas do governo. Aglutinar estas forças do movimento social, uni-las em torno de uma plataforma comum, fazer com que o descontentamento do povo brasileiro se expresse combativa e organizadamente nas ruas é outro imperativo da hora presente, outra vertente importante do movimento de resistência e oposição ao governo neoliberal de FHC. É fundamental o apoio e a mobilização do Partido em torno do Fórum Nacional por Trabalho, Terra e Cidadania que, em nível nacional, tem articulado os movimentos sociais no rumo da oposição ao neoliberalismo. Essas organizações sociais estão chamadas a engajar-se em amplas jornadas de mobilização nacional pelo emprego, pela reforma agrária, por saúde e educação, segurança e moradia, enfim, pela urgente solução da questão social. Se logramos unir as vertentes política e social do amplo e extenso movimento de resistência e oposição ao neoliberalismo, será possível descortinar nova perspectiva para a evolução do quadro político no país.

5 - Ao expressar sua convicção na necessidade e na possibilidade do advento de um movimento político e social de tal envergadura, o Partido Comunista do Brasil reitera seu empenho para unir as forças oposicionistas a fim de derrotar FHC. Os comunistas intensificam seu empenho para concretizar uma coligação eleitoral de cunho democrático, patriótico e popular abrangendo o PT, o PDT, o PSB, o PCdoB e outras legendas progressistas, em torno da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Ao colocar no centro da nossa atuação política a luta para eleger Lula, consideramos que é parte inseparável dessa luta a conquista de um expressivo resultado eleitoral dos comunistas e das demais forças de esquerda. O Partido Comunista do Brasil é uma organização indispensável na luta do povo brasileiro pela emancipação nacional e social. Seu fortalecimento e consolidação como força política influente na vida nacional está indissociavelmente ligado à organização e ao aprofundamento da democracia e em defesa da soberania nacional.



Em substituição ao Bloco de Oposição foi lançada, no dia 25 de março, a Frente Parlamentar de Oposição. Inicialmente ela é formada por 95 parlamentares do PT, PDT, PSB e PCdoB mas pretende abrigar parlamentares e personalidade de outros partidos

Lançada em Brasília a frente parlamentar de oposição



Termina dia 6 de maio prazo para tirar o título de eleitor

Quem ainda não tirou o título de eleitor e quer votar nas eleições deste ano tem até o dia 6 de maio para se alistar no Cartório mais próximo de sua residência.

Os jovens, a partir de 16 anos, completados até 4 de outubro deste ano, podem votar. Desde de 1988, a juventude brasileira conquistou esse direito, através de uma lei proposta pelo então deputado constituinte Edmilson Valentim (PCdoB/RJ).

Os interessados devem pro-

curar se informar qual o Cartório da sua zona eleitoral e se dirigir a ele com carteira de identidade e comprovante de residência.

Aqueles que precisam transferir seu título para outra cidade ou zona eleitoral devem procurar o Cartório de sua atual residência, também até o dia 6 de maio. É necessário levar o antigo título de eleitor, comprovante de votação ou justificativa na última eleição, carteira de identidade, certidão de casa-

mento e comprovante de residência.

O PCdoB, através de seus comitês estaduais e municipais, deve incentivar e garantir o maior número possível de alistamentos eleitorais entre a militância e a população local. Divulgar informações e realizar campanhas como a do voto aos 16 anos faz parte do empenho do nosso Partido no processo eleitoral. O voto é um importante instrumento de participação na vida política do país. Deve ser valorizado.

Itamar irá depor contra FHC

O ex-presidente Itamar Franco reuniu-se com lideranças dos partidos de oposição no último dia 22 de março. O encontro contou com a presença do candidato do PT à presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, do ex-governador Leonel Brizola e do deputado federal do PCdoB de Minas Ge-

rais, Sérgio Miranda, que representou o Partido.

Após o encontro, Itamar Franco afirmou que vai testemunhar, a convite do PT, na representação que o Partido dos Trabalhadores abriu contra o governo no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O PT acusa Fernando Henrique de usar a

máquina pública a serviço de sua reeleição.

Itamar promete denunciar o que viu na convenção do PMDB - a compra de votos e as agressões aos oposicionistas.

O senador Roberto Requião também foi convidado a depor e os dois aguardam a convocação do TSE.

No dia 25 de março, em solenidade realizada no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, foi lançada a Frente Parlamentar de Oposição, multipartidária, de feição progressista, inicialmente integrada por 95 deputados do PT, PDT, PSB e PCdoB, mas que pretende abrigar parlamentares e personalidades de outros partidos. A Frente Parlamentar de Oposição substitui o Bloco Parlamentar de Oposição, que funcionou durante todo o ano de 1997.

O estatuto da Frente Parlamentar de Oposição incluiu entre seus objetivos a defesa intransigente dos valores democráticos, da justiça social e da soberania nacional, efetivados na luta pelo emprego, desenvolvimento, reforma agrária, direitos sociais e, de uma maneira geral, pelo combate

da política neoliberal do atual governo; a luta pela independência e autonomia do Poder Legislativo e pelo funcionamento democrático da Câmara dos Deputados. A Frente Parlamentar de Oposição atuará de forma unitária, em todas as ações e manifestações políticas, preservada a autonomia e as características próprias de cada um dos segmentos que a compõem.

O ato de lançamento da Frente Parlamentar de Oposição contou com a participação de grande número de deputados dos partidos que a integram; dos líderes do PT, Marcelo Deda (SE); do PDT, Miro Teixeira (RJ); do PSB, Alexandre Cardoso (RJ); do PCdoB, Haroldo Lima (BA); além do presidente nacional do PT, José Dirceu, e diversas personalidades.

CSC da Bahia realiza encontro estadual

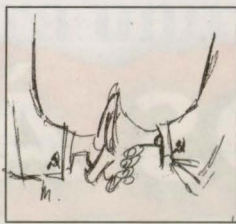
Mariana Carneiro

O 13º Encontro Estadual da CSC - Corrente Sindical Clássica da Bahia reuniu, nos dias 20 e 21 de março, em Salvador, 150 representantes de 37 entidades, vindas de 17 cidades. Representativo de diversos segmentos onde atua a CSC, o encontro foi marcado pelo entusiasmo, discutindo temas como *As Mudanças no Mundo do Trabalho e o seu Reflexo no Mundo Sindical*, abordado por João Batista Lemos, da Coordenação Nacional da CSC; o *Balanço da Atuação da CSC, CUT e Tarefas para o ano de 1998*, numa intervenção de Álvaro Gomes, vice-presidente da CUT-BA e presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe e *Situação Conjuntural, Eleições 98 e o Movimento Popular*, apresentado pelo deputado federal Haroldo Lima. O evento também definiu o plano de ação da Corrente e elegeu a delegação da Bahia à IV Plenária Nacional da CSC, que se realizará de 3 a 5 de abril, em Guarapari (ES). Uma das maiores do Brasil, a delegação baiana é composta por 76 representantes.

A abertura do 13º Encontro foi marcada por ato político se-

guido de movimento de protesto contra o desemprego, na porta da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), durante visita do Ministro do Trabalho, Paulo Paiva. A manifestação foi reprimida pela PM que, além da violência praticada contra os dirigentes sindicais, apreendeu carro de som do Sindicato dos Comerciantes.

O encontro homenageou Cosme Muniz, líder do MLT assassinado em fevereiro num acampamento localizado em Arembepe, município de Camaçari, e Antônio Valença, fundador do Sindicato dos Comerciantes de Salvador, que faleceu no último dia 14, aos 85 anos. Durante o encerramento, foi exaltada como importante e inovadora experiência de comunicação o programa *Fora de Ordem*, apoiado financeira e politicamente pela maioria dos sindicatos presentes. Veiculado desde o dia 8 de fevereiro todos os domingos na TV Bandeirantes, o *Fora de Ordem* aborda temas da atualidade de interesse dos trabalhadores e do movimento popular, com a participação de personalidades do campo da esquerda, intelectuais e produtores culturais. O espaço para debates polêmicos e democráticos.



Nos dias 27 e 28 de março, parlamentares comunistas de todo o país estiveram reunidos em Brasília para debater a conjuntura nacional e as eleições de 1998, a política revolucionária do PCdoB e a luta parlamentar, além das atividades legislativas

Encontro Nacional dos Parlamentares do PCdoB

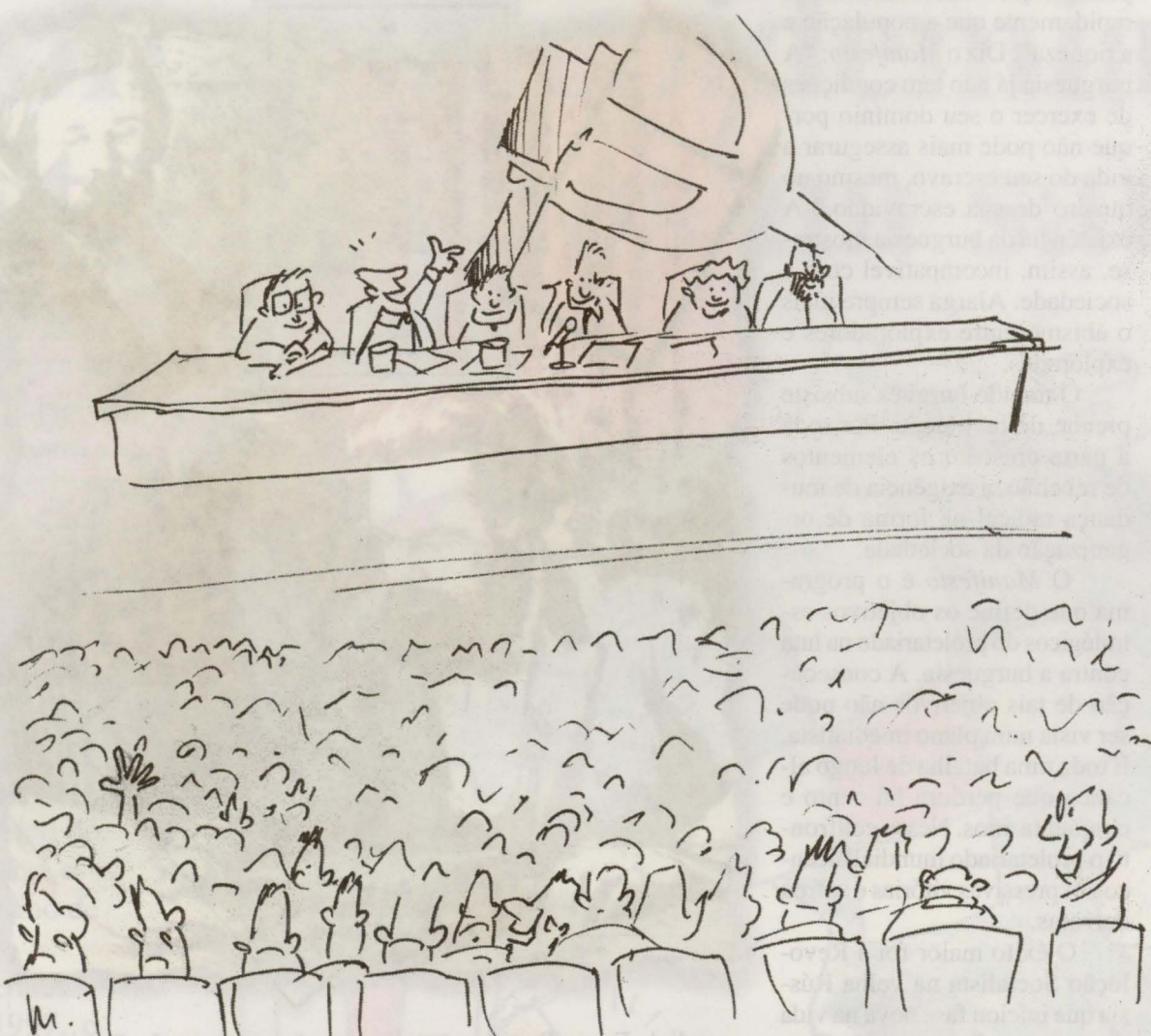
Em busca do novo

Luiz Carlos Antero

O encontro, o primeiro do gênero desde 1989, foi proveitoso e renderá bons resultados. Na abertura, o presidente do PCdoB, João Amazonas desenhando os contornos da batalha de 98 e Lula mostrou o novo perfil de sua candidatura. Compareceram à abertura, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, além de João Amazonas e Renato Rabelo, dirigentes nacionais do PCdoB, e dezenas de vereadores e deputados, o candidato à Presidência da República pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva; o deputado federal Almino Afonso (PSB-SP), representando o governador Miguel Arraes; Carlos Cardinal (PDT), que representou Leonel Brizola; o diplomata Jorge Ferreira, da Embaixada de Cuba; o deputado Marcelo Deda (PT-SE), líder da bancada do seu partido na Câmara; Trajano Jardim, representante do PCB, entre outras personalidades.

O deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO) abriu os trabalhos, registrando que o Encontro ocorre em momento decisivo do confronto com o neoliberalismo e com o projeto continuísta de Fernando Henrique. Aldo conclamou os parlamentares do PCdoB à dedicação nesta batalha que começa com o aprofundamento acerca do "jeito comunista de atuar no parlamento".

João Amazonas, presidente do PCdoB, fez a primeira intervenção, ressaltando que está em jogo na batalha deste ano não



somente a derrota de FHC, mas os interesses fundamentais da Pátria; se os brasileiros poderão se sentir em casa ou não; se o capital financeiro será derrotado em suas pretensões de dominação no Brasil. "FHC não vale essas coisas, vai ter que baixar a crista". E mostrou alguns aspectos da fotografia atual do governo, nos quais o presidente faz toda sorte de concessões para administrar sua base de apoio conservadora.

Entre estes, citou o momento que sucedeu a convenção do PMDB, que exhibe FHC ao lado de péssimas referências da política nacional, e a situação atual de desgaste na recomposição ministerial.

Amazonas considerou uma violência contra o espírito democrático o reduzido tempo de campanha - apenas três meses. E, aplaudido, citou Lula, ao seu lado, como o candidato mais representativo das forças de opo-

sição para o embate que já está em curso. O presidente do PCdoB acentuou, contudo, que essas forças superaram o âmbito dos partidos e são constituídas pela ampla maioria da população prejudicada pela atual política (dos desempregados aos sem terra, passando pelos que são penalizados ou excluídos nos diversos segmentos sociais). "A unidade que defendemos não é simplesmente conjuntural, apresenta uma natureza estratégica. É preciso colocar a união como essencial para a conquista dos objetivos postos para uma efetiva democracia".

Lula foi o último orador e abriu sua intervenção afirmando que compareceu ao Encontro dos Parlamentares do PCdoB como um gesto de "obrigação moral e política". Lembrou uma conversa com Amazonas em 1989, quando sua candidatura estava em queda nas pesquisas. "Naquele momento, só eu e ele acreditávamos na candidatura da Frente Brasil Popular". Seu pronunciamento foi fértil em autocríticas: "Muitas vezes, nós do PT não sabemos tratar os aliados com a grandeza necessária, como merecem"; "Em 1994, contra um adversário mais poderoso, aceitamos a ideia da vitória ainda em maio"; "Há alguns anos, eu pe-

dia atestado ideológico ao eleitor".

O candidato do PT à Presidência admitiu que relutou em ser candidato, mas que, ao assumir a campanha, decidiu não mais confundir aliança política com aliança ideológica, lembrando que, no passado, colocava a segunda condição como essencial para aceitar o voto. Hoje, sublinhou, quer saber apenas quem se opõe ao projeto neoliberal e quer o apoio de quem nunca votou nele, convidando para o debate personalidades como o ex-ministro da Saúde, Adib Jatene, ou dos setores produtivos atingidos (têxtil, calçados, autopeças, máquinas, cooperativas, etc.); ou, ainda, empresários prejudicados ou falidos (Mindlin, Bardella, Vilares, etc.) pela atual política econômica.

Luiz Inácio considera que é possível manter uma política de estabilização com desenvolvimento e políticas sociais ativas, voltadas para a população. E decretou: "O rei está nu. O príncipe da economia acabou. Comprou a convenção do PMDB e está desmascarado. Para mim, que não tive coragem de falar com Ulysses Guimarães em 1989, os tempos também são outros. Nossa meta hoje é a de eleger muitos deputados, senadores, governadores. Com o PCdoB, meu desejo é o de estabelecer relações e propósitos voltados para o terceiro milênio".

O jeito comunista

O Encontro contou com a participação de parlamentares do PCdoB em 14 estados da Federação: 43 dos 103 vereadores; oito dos nove deputados estaduais; e cinco dos nove deputados federais. O vice-presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, falou sobre a "Conjuntura nacional e as eleições 98", e o deputado Aldo Arantes abordou "A política revolucionária do PCdoB e a luta parlamentar". Cada exposição foi sucedida por reuniões de três grupos que acolhiam os parlamentares participantes e plenária para cada tema, envolvendo o exame das realidades locais e relatos da atuação dos comunistas. Os parlamentares debateram também o tema "Atividades Legislativas", com uma visão panorâmica de suas experiências nos diversos níveis.

Partido lamenta mortes de comunistas na Índia e Cuba

O PCdoB enviou mensagens de condolências ao Partido Comunista da Índia, pelo falecimento do líder comunista E.M.S. Namboodiripad e ao Partido Comunista de Cuba, pelo falecimento do militante Manuel Piñeiro Louzada.

Namboodiripad foi dirigente

do movimento antiperperialista e anti-feudal, líder comunista, deputado e chefe de governo, desenvolvendo uma atividade política, ideológica e organizativa que representam enorme contribuição para as atuais gerações de comunistas indianos e para o movimento comunista internacional.

Manuel Piñeiro Louzada foi um grande defensor do internacionalismo e sua morte deixa uma lacuna no movimento de solidariedade entre os povos.

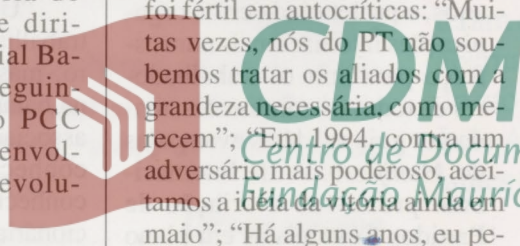
O PCdoB lamenta a morte dos camaradas e afirma suas sinceras condolências aos Partidos.

PCdoB saúda congresso do partido canadense

O 7º Congresso do Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista) foi saudado pelo Partido Comunista do Brasil. O presidente do PCdoB, João Amazonas, e o Secretário de Relações Internacionais do Partido, José Reinaldo de Carvalho,

enviaram mensagem ao Comitê Central do PCC e aos delegados do 7º Congresso, reafirmando o desejo de ampliar e fortalecer os laços internacionalistas entre os dois partidos e o desejo de êxito à realização do Congresso.

A mensagem reverencia, ainda, a memória do saudoso fundador e dirigente do PCC, Hardial Bains, e afirma que, seguindo seu exemplo, o PCC (ML) manterá e desenvolverá os princípios revolucionários.





CAMINHOS NOVOS À LUTA EMANCIPADORA

João Amazonas*

Chega ao sesquicentenário o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. Documento histórico de fundamental importância para o movimento revolucionário mundial, abriu caminhos novos à luta de classes contra a burguesia reacionária. Sua orientação basilar mantém plena atualidade. É um marco sinalizando a rota do progresso em bases científicas.

Até meados do século passado, os trabalhadores lutavam contra os efeitos danosos do capitalismo, exigiam direitos políticos e sociais. Não compreendiam ainda a natureza do sistema que substituiu o feudalismo, suas contradições e limitações. A par do progresso gigantesco que promovia, o capitalismo revelava sua essência ruínosa: o progresso surgia da violenta e inevitável exploração dos trabalhadores e dos povos. Em conseqüência, acumulava-se a riqueza num pólo sempre mais restrito e aumentava incessantemente a pobreza no pólo oposto.

O *Manifesto do Partido Comunista* redigido por Marx e Engels a pedido dos trabalhadores mais esclarecidos da época, trouxe a grande revelação – o capitalismo era um elo na cadeia do desenvolvimento econômico-social. Não podia ser considerado eterno. Favorecia até certo ponto o avanço da humanidade, depois atuava como força retrógrada destinada a desaparecer. Um novo sistema o substituiria – o socialismo em marcha para o comunismo, tendo por base o proletariado organizado em classe dominante.

Revolução incessante dos instrumentos de produção

Documento dialético, o *Manifesto* prognosticava o fim do capitalismo minado por suas próprias contradições.

“A burguesia somente pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais.”

Esse processo, bem visível nos dias de hoje, acarreta transformos insuperáveis ao sistema vigente. A produção capitalista exige tecnologia sempre mais avançada. E cada inovação introduzida no plano produtivo engendra incontida exclusão social.

O trabalhador cai no pau-

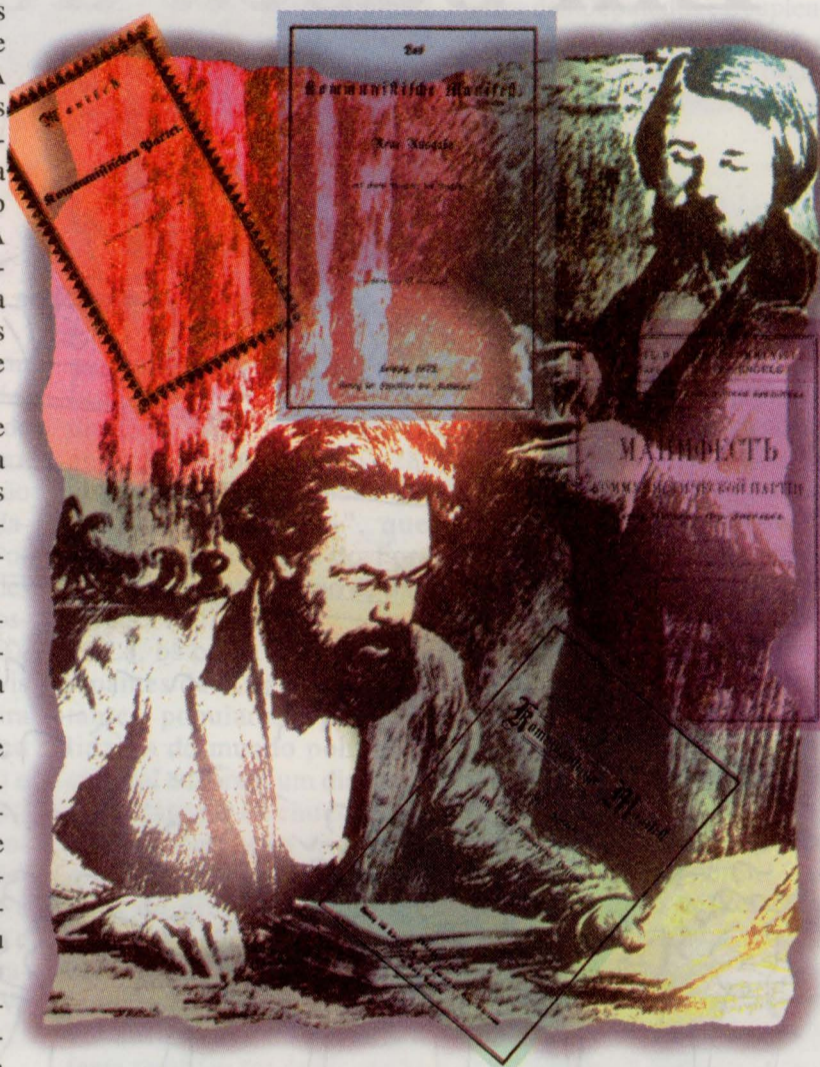
perismo que “cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza”. Diz o *Manifesto*: “A burguesia já não tem condições de exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a vida do seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão.” A existência da burguesia mostrase, assim, incompatível com a sociedade. Alarga sempre mais o abismo entre exploradores e explorados.

O mundo burguês subsiste prenhe de revolução. Por toda a parte crescem os elementos de rebelião, a exigência de mudança radical na forma de organização da sociedade.

O *Manifesto* é o programa que define os objetivos estratégicos do proletariado na luta contra a burguesia. A consecução de tais objetivos não pode ser vista num plano imediatista. É toda uma batalha de longo alcance que perdura há cento e cinquenta anos. Nesse confronto o proletariado mundial alcançou expressivas vitórias e sofreu derrotas.

O êxito maior foi a Revolução Socialista na velha Rússia que iniciou fase nova na vida dos povos. Durante décadas, sob a direção do Partido Bolchevique, criado por Lênin e pelos revolucionários conseqüentes, em aliança com os camponeses, construiu-se uma sociedade livre dos capitalistas. Seguiu-se em ordem de importância a Revolução Chinesa que triunfou em 1949, sob o comando do Partido Comunista da China. Enfrentando enormes dificuldades, a China constrói o socialismo, ainda na fase primária. Também o Vietnã, dirigido pelo Partido Comunista derrotou poderosos inimigos e edifica, passo a passo, o socialismo. A Coreia desbaratou a intervenção imperialista no país, e guiada pelo Partido revolucionário busca consolidar o regíma progressista. A Albânia fez sua revolução libertadora, de conteúdo socialista. Depois da II Grande Guerra, vários países do Leste europeu implantaram regimes de Democracia Popular. E Cuba, mobilizando forças revolucionárias, hasteou a bandeira do socialismo no continente americano.

Nestes cento e cinquenta anos, o proletariado criou organizações internacionais num esforço para unir os trabalhadores de todos os continentes, tendo por guia as idéias avançadas do *Manifesto*. A III Internacional promoveu a criação de Partidos Comunistas em plano



mundial. Esses Partidos crescem e vão adquirindo experiências para realizar os objetivos indicados por Marx e Engels.

Êxitos imensos no último século e meio

Multiplicaram-se também as organizações dos proletários em sindicatos de classe, federações e confederações, nacionais e internacionais, que realizaram campanhas vitoriosas em prol de direitos sociais. A jornada de 8 horas marcou época. Cabe a essas organizações ter em conta o que afirmava Marx: “O verdadeiro resultado das lutas do proletariado não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores”.

São imensos, assim, os êxitos alcançados neste século e meio de vigência do *Manifesto do Partido Comunista*. Mas houve também reveses. Toda batalha envolve vitórias e derrotas, particularmente a que corresponde à luta de classes. O proletariado deve suplantar a burguesia no campo político e social, em desvantagem. A burguesia é a classe dominante.

“Um elemento de êxito os trabalhadores possuem – número; mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento” (Marx). Esse conhecimento é a teoria revolucionária.

A contra-revolução triunfou na União Soviética e no Leste europeu, causando enormes prejuízos ao movimento revolucionário proletário. As causas dessa derrota encontram-se principalmente na esfera da teoria, da ideologia. Acumularam-se erros no campo da tática, no desempenho da função dirigente da vanguarda, no terreno da construção do socialismo, na interpretação do caminho revolucionário. O dogmatismo fez escola, cerceou a criatividade e a compreensão dialética dos processos complexos do desenvolvimento da sociedade socialista.

Fiel às grandiosas idéias do *Manifesto do Partido Comunista*, o proletariado e seu partido de vanguarda estudam as experiências positivas e negativas da luta para levar adiante a tarefa histórica de derrotar a burguesia e edificar plenamente o socialismo.

Destaca-se nesse estudo o problema da diversidade na conquista do objetivo comum. Não há modelo único de revolução e de edificação do socialismo. É preciso considerar as peculiaridades de cada país e o grau de maturação do processo revolucionário. “Marx não atava as mãos, nem as dos futuros dirigentes da revolução socialista – disse Lênin – ao que resporta a forma, os procedimentos

métodos da revolução, pois compreendia perfeitamente que se apresentaria uma quantidade imensa de novos problemas, modificar-se-ia toda a situação no curso da revolução”.

Comunistas se organizam e corrigem os erros cometidos

A compreensão desses problemas e a reformulação de políticas corretas ligadas às características do país, bem como a abertura de caminhos que facilitem a vitória da revolução – objetivos esses que os partidos comunistas tratam de pôr em prática – representam avanços consideráveis na justa aplicação do marxismo-leninismo da atualidade.

O movimento revolucionário mundial atravessa uma fase de dificuldades devido à derrota do socialismo na União Soviética e no Leste europeu. A burguesia canta vitórias. Mas a derrota é passageira. O movimento comunista se reorganiza corrigindo os erros cometidos, valorizando a experiência adquirida. Ergue bem alto a bandeira do socialismo como única alternativa à crise estrutural do capitalismo decadente.

Um rápido balanço da batalha histórica destes cento e cinquenta anos de *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, ressalta saldo positivo em favor do proletariado.

Ainda que a burguesia continue dominando boa parte do mundo, submetendo pela força os trabalhadores e os povos, mostra-se cada vez mais decadente e em decomposição. Vive em crise permanente. “O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio”.

O proletariado se organiza e se esforça para unir amplas forças sociais e políticas. A bandeira socialista do proletariado vai ganhando espaços. Conquista pouco a pouco massas gigantes de excluídos, desempregados, famintos, de sem-terra e sem-teto. Congrega o proletariado, os camponeses, uma parte da classe média empobrecida.

A batalha histórica entre a burguesia e o proletariado vai durar ainda muito tempo. A perspectiva, porém, é da vitória do socialismo florescente e derrota definitiva do capitalismo selvagem.

* João Amazonas é presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.